## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.881, DE 2004

Dispõe sobre a adoção de processos de automação nas atividades perigosas e insalubres.

Autor: Deputado CELSO RUSSOMANO

Relatora: Deputada ANN PONTES

### I - RELATÓRIO

O Ilustre Deputado Celso Russomano apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 3.881, de 2004, que "Dispõe sobre a adoção de processos de automação nas atividades insalubres e perigosas". A proposta tramitou, primeiramente, pela Comissão de Seguridade Social e Família, onde não recebeu emendas e foi acolhida com parecer favorável, e, posteriormente, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde também não recebeu emendas, mas recebeu parecer pela Rejeição.

Em seguida, a proposição foi enviada a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No âmbito desta CCJC, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório

#### II - VOTO DA RELATORA

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania apreciar o presente projeto de lei sob os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa.

Em sua formulação, a proposição obedeceu às normas constitucionais, cujo exame estão na alçada regimental desta Comissão.

O projeto acrescenta ao art. 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT, um parágrafo para determinar que "a automação adotada pelas empresas sujeitas às disposições deste artigo será implantada, preferencialmente, nas atividades insalubres e perigosas." Trata-se de medida em perfeita sintonia com os direitos sociais previstos no art. 7º , incisos XXII e XXVII da Constituição da República:

A leitura desses dispositivos demonstra, com clareza, que o que persegue o autor do Projeto é, nada mais, nada menos, que dar concretude aos comandos do legislador constitucional. E o faz com extrema felicidade, propondo, a um só tempo, que a proteção contra a automação se coloque a serviço da proteção da saúde e da segurança do trabalho. Nada mais conforme à ordem jurídica.

Cabem, porém, ressalvas quanto à técnica legislativa. Já que projeto altera ao art. 197 da CLT, esta providência deve vir expressa na ementa, seguida da finalidade da alteração pretendida, para que os destinatários da lei e os operadores do direito possam identificar com precisão a inovação jurídica trazida por ela, como determina a Lei Complementar n.º 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis.

Também, para atender o disposto na alínea "d", do inciso II, do art. 12 da Lei Complementar n.º 95, de 1998, faz-se necessária a identificação do artigo alterado pelas letras "NR".

Essas alterações, de ordem técnica, embora superficiais, afetarão todo o corpo do projeto, fazendo-se necessária a elaboração de um Substitutivo.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 3.881, de 2004, na forma do Substitutivo que apresentamos anexo.

Sala da Comissão, em de

2005.

Deputada ANN PONTES Relatora

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 3.881, DE 2004

Altera a redação do art. 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT -, para dispor sobre a adoção de processos de automação nas atividades perigosas e insalubres.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se o parágrafo único em § 1º:

"Art. 197					
§ 1°					
§ 2º A automação adotada pelas empresas sujeitas às					
disposições des	ste	artigo	será	implanta	ada,
preferencialmente,	nas	ativid	lades	insalubres	е
perigosas." (NR)					

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputada ANN PONTES Relatora